



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 147ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

LOCAL: UNIVILLE - Universidade da Região de Joinville – Campus Universitário, S/Nº - Bairro Bom Retiro – Joinville, na sala do Anfiteatro da Biblioteca - entrada principal no Campus Universitário, à esquerda

DATA: 19 de fevereiro de 2010

HORÁRIO: 10h

Presentes à Reunião

Secretaria de Estado da Saúde:

Carmen Emília Bonfá Zanotto; Roberto Hess de Souza; Luis Antônio Silva; Raquel Bittencourt; Ângela Blatt Ortiga;; Andréa Borb; Hanna Karine Barcelos; Maria Arlene Pagani.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde:

Celso Luiz Dellagiustina (Bombinhas); Tarcísio Crócomo (Joinville); João José Cândido (Florianópolis); Elói Trevisan (Campo Erê); Telma Bley (Canoinhas); Orlando Fávero (Luzerna); Marcelo Lanzarin (Blumenau); Juliano Polese (Lages); Roberto Ruiz (Itapema).

Desenvolvimento dos trabalhos

A 147ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 10 horas, com a presença dos membros acima descritos, sob a Coordenação do Coordenador da CIB/COSEMS Celso Dellagiustina.

APROVAÇÃO DA ATA

A Ata CIB 146ª de 10/12/2010 foi dispensada da leitura e aprovada.

- 1 **DOCUMENTOS RECEBIDOS**
- 2 Ofício 19 de 13 de janeiro de 2010, da Secretaria Municipal de Saúde de Içara, solicitando
- 3 apoio para a Construção de Policlínica Municipal de Içara;
- 4 Ofício 49 de 16 de dezembro de 2009, solicitando uma Sala de Estabilização para Ipumirim;
- 5 Ofício GP 057/2020 da Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma, solicitando aprovação do
- 6 Projeto Sorrir Sempre no Município de Criciúma;
- 7 Ofício GP 056/2010 da Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma, solicitando aprovação do
- 8 Projeto de Implantação do Banco de Olhos naquele Município;
- 9 Ofício 016 da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Alegre, solicitando a revogação da
- 10 Deliberação 233/2009 ou estipulando um prazo para que os municípios efetivem o pacto de
- 11 gestão.
- 12 Documento de Municípios da Grande Florianópolis, solicitando que o tema pactuado na
- 13 Deliberação 206/2009 referente à assistência farmacêutica seja incluído na próxima reunião
- 14 da CIB a fim de que seja revogada ou alterada.
- 15
- 16



17 DELIBERAÇÕES

18

19 PAVS – SANTA CATARINA – BIÊNIO 2010-2011

20 O Diretor da Diretoria de Vigilância Epidemiológica da SES Luis Antônio Silva faz um breve
21 relato sobre o PAVS – Programação de Ações de Vigilância em Saúde, na lógica do Pacto
22 pela Vida. O PAVS do biênio de 2010-2011 veio na lógica do pacto, com responsabilidades
23 gerais do SUS, ações prioritárias e estratégicas e o fortalecimento nos níveis municipais e
24 regionais. O processo de pactuação deve ser ascendente, com um elenco mínimo, na busca de
25 resultados. Esse elenco de pactuação é complementar ao pacto pela vida, pactuado e
26 consensuado na Tripartite. Luis Antônio Silva coloca ainda que haverá discussões
27 posteriormente nas regionais e individuais, para a formação das PAVS/PPI da Vigilância em
28 Saúde. As planilhas com as ações estão disponíveis à mesa e constarão dessa Deliberação. A
29 Coordenadora da CIB/SES Carmen Zanotto registra a presença da técnica Adriana do
30 Ministério da Saúde que passará o dia em SC, com o acompanhamento das redes.

31

APROVADA.

32

33 ALTERAÇÕES DA PPI DA ASSISTÊNCIA

34 A CIB **APROVOU** as alterações pontuais da PPI da Assistência e alterações decorrentes de
35 assinaturas de termos de compromisso do pacto de gestão. Andréa Borb, Gerente de Controle
36 e Avaliação ressalta a transferência do teto da Radioterapia para Jaraguá e também a
37 transferência da hemoterapia de Blumenau em razão do funcionamento do novo hemocentro,
38 competência março/2010. Cita ainda o grande número de alterações solicitadas todos os
39 meses.

40

41 SAÚDE DO HOMEM – PLANO DE AÇÕES E METAS

42 Ângela Blatt Ortiga, Gerente de Planejamento do SUS/SES apresenta a proposta do recurso
43 para a realização da oficina e a elaboração do plano para a implantação da política. As ações
44 do Homem já estão dentro das ações que já são desenvolvidas. O objetivo é fortalecer alguns
45 eixos, na educação permanente, algumas áreas dentro da PPI. Mas a política não traz recurso
46 novo, ela deve estar incluída nas políticas de atenção básica. Em um primeiro momento,
47 foram indicados dois nomes para implantarem a política, Joinville e o Estado. Depois, foram
48 incluídos mais três: Lages, Florianópolis e Chapecó. A orientação era priorizar a cobertura da
49 saúde da família e o desenvolvimento de ações de média e alta complexidade. Ângela ressalta
50 que não é a aprovação do Plano. O Coordenador da CIB/COSEMS Celso Dellagiustina,
51 referindo-se a incorporação financeira, cita que houve na saúde da família e alguns recursos
52 pequenos destinados à vasectomia. Cita ainda que investimentos na política de saúde do
53 homem pelo MS na ordem de 80% já estavam comprometidos para treinamento e capacitação.
54 Reforça que é necessário saber que a política de saúde do homem está na atenção básica e
55 aproveitar os instrumentos já disponíveis. O Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis
56 João José Cândido coloca como absurdo o MS estabelecer uma política sem prever recursos.
57 Por exemplo, não há oferta de colonoscopias para a população, um dos exames preventivos de
58 câncer. Dessa forma, acha que a CIB deveria rejeitar a proposta e colocar ao MS a situação
59 para que se possa implantar o Programa de verdade. Andréa Borb relata que no CONASS foi
60 colocado que não há recursos novos assegurados para essa política. Sálvio Tonini, Secretário
61 Municipal de Saúde de São João Batista lembra que ao assumir esse serviço, o município
62 esbarrará com serviços que não estarão disponíveis. O Secretário Municipal de Saúde de
63 Joinville Tarcísio Crócomo concorda com as colocações do Secretário de Saúde de



64 Florianópolis referentes aos recursos. E a posição de rejeitar a proposta caberia, mas acha que
65 a Comissão pode se posicionar com relação aos recursos, alegando ao MS que eles são
66 ínfimos para a implantação da política de saúde do homem, para que ela funcione de acordo.
67 E acrescenta que desenvolve ações de saúde do homem em Joinville, que já receberam
68 treinamento, recursos. Mas, concorda que há necessidade de mais recursos. A Coordenadora
69 da CIB/SES Carmen Zanotto comenta que no MS, CONASS e CONASEMS se posicionaram
70 contra, por entender que primeiro se deve garantir acesso as ações e serviços de saúde a toda a
71 população. Acha que o cabe aqui é o registro com relação à forma, porque os manuais já
72 saíram e a divulgação já está na mídia e esclarecer que houve a tentativa pela não aprovação
73 da proposta no MS por parte do CONASS e CONASEMS, mas não houve sucesso. O
74 Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis João José Cândido ressalta que a proposta
75 tem que ser muito esclarecedora, colocando que os municípios continuarão fazendo o
76 programa do homem que já vêm fazendo – na atenção a diabetes, hipertensão, problemas
77 cardiovasculares, na prevenção do câncer de próstata e outros. Mas, tem que ficar claro que
78 alguns itens da saúde do homem, de média e alta complexidade, só poderão ser implantados
79 quando houver recursos adicionais aos municípios. Nestes termos, fica **APROVADA**.

80

81 **CO-FINANCIAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA 2010 – INCENTIVO ESTADUAL**

82 A Coordenadora da CIB/SES Carmen Zanotto apresenta a proposta dos critérios de
83 distribuição dos valores do co-financiamento da atenção básica, acordados na CIB de
84 dezembro de 2009 em Itá. Naquela reunião foi aprovado o valor do incentivo estadual,
85 passando de R\$ 21.000.000,00 em 2009 para R\$ 28.000.000,00 em 2010 e que na primeira
86 reunião de 2010 seriam pactuados os critérios de distribuição para os vários programas,
87 ficando assim distribuídos os recursos: Do total de R\$ 28.000.000,00 do orçamento, ficam
88 reservados R\$ 18.890.000,00 para co-financiar a Estratégia Saúde da Família (equipes de SF e
89 SB); para apoiar o início de funcionamento de novos CAPS, nas modalidades: I (não
90 microrregional), II, III, AD e CAPSi (R\$360.000,00), co-financiar os CAPS I
91 microrregionais que atendam a dois ou mais municípios que já estão em funcionamento
92 (R\$300.000,00) e para os novos CAPS I microrregional (R\$1.120.000,00), totalizando
93 R\$1.780.000,00; para co-financiar os NASF Santa Catarina R\$ 6.412.000,00; e para co-
94 financiar o funcionamento dos CEOs (Centros de Especialidades Odontológicas)
95 regionalizados o valor de R\$ 917.960,00. Esses critérios foram pactuados na Câmara Técnica
96 de Gestão de 10 de fevereiro de 2010. A Secretária Municipal de Saúde de Canoinhas Telma
97 Bley aponta como uma distorção na proposta, o número de Equipes de Saúde da Família que
98 não estão corretas. O Coordenador da CIB/COSEMS Celso Dellagiustina coloca que é
99 importante essa conferência do número de equipes, até porque, parte dos recursos, são
100 destinados a ampliação do número de equipes e salienta que é importante frisar que em cada
101 proposta houve pequenas alterações em relação a 2009. No co-financiamento, ficou acordado
102 que o município, para receber o recurso, deve ter aderido ao pacto ou ter entrado com o
103 pedido; em relação aos NASF's, cita que foi incluída a necessidade de acompanhar os
104 indicadores do pacto e outros; para os CEO's há o acréscimo de 20% para os que atenderem
105 outros municípios vizinhos, os que prestarem serviços par eles próprios, não farão jus aos
106 20%; para os CAPS, os R\$ 5000,00 deverão ser pactuados entre os gestores. A Coordenadora
107 da CIB/SES Carmen Zanotto chama atenção para o Anexo II do co-financiamento, que, nem o
108 programa de inclusão social – PROCIS, nem o co-financiamento estão conseguindo que
109 alguns municípios reduzam a mortalidade infantil. É grande o número de municípios que
110 estão com o número de óbitos acima de 15. Refere que os Comitês de mortalidade, nos



111 municípios precisam atuar. Sugere como proposta, a formação de uma Comissão
112 extraordinária entre SES (Vigilância Epidemiológica, Atenção Básica, Planejamento) e
113 COSEMS (alguns municípios) para estudar esses indicadores a fim de verificar se são
114 questões metodológicas ou outros aspectos de lançamentos desses indicadores. Na média
115 estadual, há redução da mortalidade, menor que 11%. O Secretário Municipal de Saúde de
116 Florianópolis João José Cândido coloca que o Estado de SC, especialmente em promoção e
117 prevenção, referindo-se às Vigilâncias, Epidemiológica e Sanitária, que fazem um ótimo
118 trabalho e que acha fundamental a proposta da Coordenadora da CIB/SES em formar essa
119 Comissão. O Secretário Municipal de Saúde Elói Trevisan chama atenção para os valores do
120 PROCIS que estão especificados no documento, que deveriam estar com valores maiores.
121 Precisam ser corrigidos. Andréa Borb, Gerente de Controle e Avaliação da SES esclarece que
122 será incluído no co-financiamento, item 1.2 a adesão ao pacto e no CAPS, a pactuação entre
123 os gestores dos R\$ 5000,00. E fala também da proposta da criação de um documento de
124 acompanhamento de resultados, no co-financiamento, que poderia acompanhar a taxa de
125 mortalidade infantil. A Secretária Municipal de Saúde de Imbituba Léa Lopes relata que em
126 Imbituba criou um programa próprio que é o Centro de Referência da Mulher e, é nesse
127 serviço que se buscam esses indicadores; que houve redução da mortalidade. As propostas
128 foram **APROVADAS** e todo o detalhamento estará nas Deliberações.

129

130 Nesse momento a Coordenadora da CIB/SES se retira da reunião para um compromisso com
131 o Governador do Estado e assume a Coordenação pela SES, o membro da CIB/SES e Diretor
132 Geral da SES Roberto Hess de Souza. Dando continuidade a reunião, Roberto Hess de Souza
133 passa para o item seguinte que é a regulamentação das internações psiquiátricas em hospitais
134 gerais.

135

136 **REGULAMENTAÇÃO DAS INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS EM HOSPITAIS GERAIS**

137 **Andréa Borb, Gerente de Controle e Avaliação da SES descreve a proposta de implantação de**
138 **leitos psiquiátricos em hospitais gerais, que foram estabelecidos alguns critérios para a**
139 **implantação, entre outros, o hospital deve estar contratualizado, assegurar a porta de entrada e**
140 **que tenha fluxo com a rede de saúde para que haja o acompanhamento do paciente. O**
141 **Secretário Municipal de Saúde de Campo Erê Elói Trevisan, com relação ao credenciamento**
142 **de hospitais gerais para atendimento à psiquiatria, cita que deve haver flexibilização na**
143 **quantidade de leitos, pois com o mínimo de 15 e máximo de 30, fica inviável para a maioria**
144 **dos hospitais de SC, pois são de pequeno porte e 15 leitos podem significar 50% da**
145 **capacidade. Ainda que devesse ser exigido dos hospitais públicos, no caso o Hospital**
146 **Regional do Oeste – Lenoir Vargas Ferreira – que tivessem ala psiquiátrica. Os critérios**
147 **estarão descritos nesta Deliberação. A proposta foi APROVADA.**

148

149 **APAE – MANUAL**

150 A CIB **APROVOU** o manual de instruções da APAE. Esse manual foi discutido em uma
151 reunião com os municípios que possuem o serviço e passou pela análise da Câmara Técnica
152 de Gestão. O detalhamento estará na Deliberação.

153

154 **APAE – FINANCIAMENTO**

155 A CIB **APROVOU** os critérios para o financiamento dos procedimentos das APAE's. Esses
156 critérios foram discutidos em uma reunião com os municípios que possuem o serviço e passou
157 pela análise da Câmara Técnica de Gestão. O Secretário Municipal de Saúde de Campo Erê



158 Elói Trevisan solicita que fique registrado em ata, que deveriam ser chamados os gestores dos
159 municípios em que as APAEs já estavam credenciadas, pois com a nova modalidade de
160 pagamento, a redução chega próximo a 70%, e que as APAEs, tão logo tenham a redução,
161 irão bater à porta dos gestores para a complementação da diferença dos repasses. Cita ainda
162 que, entende que foi uma forma encontrada para distribuir de forma igualitária os recursos,
163 porém quando do credenciamento, deveria - a SES - ter atentado para o que e quanto estava
164 sendo remunerado. Todo o detalhamento estará na Deliberação.

165

166 **TERMOS DE COMPROMISSO DA GESTÃO MUNICIPAL**

167 A CIB **APROVOU** os municípios a seguir no pacto de gestão: Balneário Arroio do Silva;
168 Balneário Gaivota; Ermo; Cerro Negro; Jacinto Machado; Meleiro; Morro Grande; Praia
169 Grande; Romelândia; Santa Rosa do Sul; São João do Sul; Sombrio; Turvo.

170

171 **SOLICITAÇÃO DE FINANCIAMENTO PORTARIA 2198/2009**

172 A CIB **APROVOU** a solicitação de financiamento para equipamentos, de acordo com a
173 Portaria 2198/2009 para os Municípios de São Joaquim e São Pedro de Alcântara.

174

175 **LEITOS DE UTI ADULTO TIPO II PARA O HOSPITAL NEREU RAMOS (05 LEITOS)**

176 A CIB **APROVOU** o credenciamento de 05 leitos de UTI Adulto Tipo II para o Hospital
177 Nereu Ramos de Florianópolis. A habilitação segue as exigências da Portaria GM/MS nº 3432
178 de 12 de agosto de 1998, ficando condicionado o incremento ao recurso financeiro do teto
179 livre do Estado por conta do Ministério da Saúde.

180

181 **PROGESUS DE PONTE SERRADA, BRUSQUE E BOMBINHAS**

182 A CIB **APROVOU** o Projeto de adesão ao Programa de Qualificação e Estruturação da
183 Gestão do Trabalho e da Educação no SUS, Componente I, dos Municípios de
184 BOMBINHAS, BRUSQUE e PONTE SERRADA, de acordo com o Edital nº 23 de 03 de
185 dezembro de 2009, Portaria GM nº 3.021 de 01 de dezembro de 2009, do Ministério da Saúde

186

187 **RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA**

188 A CIB **APROVOU** os Projetos de Residência Multiprofissional em Saúde da Família dos
189 Municípios de Criciúma e Florianópolis, conforme projetos enviados para a CIB.

190

191 **TRANSPLANTES**

192 A CIB **APROVOU** a habilitação do Hospital Materno Infantil Santa Catarina de Criciúma
193 para a implantação de BANCO DE TECIDO OCULAR HUMANO – Banco de Olhos, com
194 parecer favorável da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos e Tecidos de
195 Santa Catarina, considerando os critérios técnicos e da política do Plano Estadual de
196 Transplantes, aprovado pela CIB em 03 de agosto de 2006.

197

198 **SALDO DO RECURSO DO CO-FINANCIAMENTO ESTADUAL DA ATENÇÃO BÁSICA DE 2009**

199 Considerando o recurso alocado no co-financiamento da atenção básica em 2009;
200 Considerando que houve saldo deste recurso de aproximadamente R\$ 1 milhão de reais;
201 Considerando a necessidade da continuidade de investimentos na lógica do fortalecimento da
202 atenção básica, a CIB **APROVOU** a utilização do saldo dos recursos nos itens descritos a
203 seguir: materiais de orientação da atenção básica, desenvolvidos conjuntamente, SES e
204 COSEMS e capacitações para os profissionais que atuam na atenção básica de nível médio e



205 superior, priorizando as áreas até agora não contempladas com as capacitações da SES e do
206 MS. O Secretário Municipal de Saúde Elói Trevisan solicita que sejam tomados alguns
207 cuidados ao contratar empresas para capacitações. Teme pela qualidade das capacitações. Que
208 o município deve, ao contratar, analisar os tipos de projetos, etc. Geraldo Azzolini lembra a
209 função dos contadores nas SDR's, que eles devam ter um treinamento na linguagem do SUS e
210 que esse treinamento esteja incluído nos recursos dessas capacitações.

211

212 **DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS**

213

214 **REDISCUSSÃO DA DELIBERAÇÃO 206/2009 DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

215 Esse tema foi solicitado pelo Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis João José
216 Cândido, conforme documento que consta na Pauta, descrito a seguir: *No dia 11 de fevereiro*
217 *de 2010, foi realizada uma reunião entre a Diretoria da Assistência Farmacêutica da SES/SC*
218 *– DIAF, Gerência de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde de*
219 *Florianópolis e o Secretário Municipal de Saúde de São João Batista e Presidente do*
220 *Colegiado de Gestão Regional da Grande Florianópolis Sr. Sálvio Tonini, juntamente com*
221 *sua assessoria jurídica. Foi discutido o seguinte acerca Deliberação 206/2009 da CIB de 10*
222 *de dezembro de 2010: Informou a Diretora da DIAF que a referida Deliberação foi aprovada*
223 *em uma Câmara Técnica que contou com a presença de apenas um representante dos*
224 *municípios; que a Deliberação não será alterada, em virtude do fato de alguns municípios*
225 *não assegurarem o mínimo do elenco necessário da assistência farmacêutica na atenção*
226 *básica; que os municípios deverão se reunir para discutir a matéria e provocar uma nova*
227 *reunião da Câmara Técnica da CIB. Frente ao exposto, solicito a inclusão do assunto na*
228 *pauta da próxima reunião da CIB, da reunião prévia dos Secretários Municipais de Saúde e*
229 *da Câmara Técnica da CIB, a fim de que seja revogada ou alterada a Deliberação em*
230 *questão.* A abertura da discussão desse tema, nessa reunião contou com uma fala do
231 Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis João José Cândido, mas que, por problemas
232 na gravação da reunião, não foi possível transcrevê-la. Ficou acordado entre os
233 Coordenadores da CIB e Membros presentes, na realização de uma Comissão para rediscutir o
234 tema com indicação de nomes pela mesa da CIB. O Secretário João José Cândido indica
235 Jardel, consultor do MS, que trabalha na SMS de Florianópolis, Janaina, farmacêutica da SMS
236 de Florianópolis. O Coordenador da CIB/SES nesse momento, Roberto Hess questiona ao
237 Secretário de Saúde João José Cândido sobre a participação de um jurídico daquela
238 Secretaria. O Coordenador da CIB/COSEMS Celso Dellagiustina cita que aceita as
239 recomendações técnicas e refere que o COSEMS vai participar da reunião, que o presidente
240 do COSEMS vai participar, nem que seja como parte jurídica. O Coordenador da CIB/SES
241 Roberto Hess refere que a reunião deverá ocorrer com urgência, na próxima semana, dia 26 de
242 fevereiro de 2010, com os nomes indicados pelos municípios, mais os técnicos da Vigilância
243 da SES e o jurídico da SES. O Coordenador da CIB/SES Roberto Hess sugere que a comissão
244 seja constituída por 06 participantes de cada esfera. Foi passada uma lista com os nomes
245 indicados pelos municípios. O Secretário Municipal de Saúde Elói Trevisan questiona que, se
246 acordado nessa comissão, alterações na Deliberação 206/2009, se sairá alguma Deliberação ad
247 referendum?

248

249 **HOMOLOGAÇÃO**

250 A CIB **APROVOU** as Deliberações *ad referendum*: 01/2010 – PET SAÚDE DE CHAPECÓ;
251 02/2010 – PROGESUS DE PETROLÂNDIA; 03/2010 – PROGESUS DE HERVAL DO OESTE;



252 04/2010 – PACTO PELA SAÚDE Aprova o termo de compromisso do Município de Jardinópolis;
253 05/2010 – PACTO PELA SAÚDE Aprova o termo de compromisso do Município de Brusque;
254 06/2010 – PACTO PELA SAÚDE do Município de Bombinhas; 07/2010 – PACTO PELA SAÚDE do
255 Município de Caxambu do Sul; 08/2010 – PACTO PELA SAÚDE de Lauro Muller; 09/2010 –
256 CONVÊNIO FEDERAL Aprova convênio do Município de Canoinhas; 10/2010 – PET SAÚDE de
257 Florianópolis; 11/2010 – PET SAÚDE de Içara; 12/2010 – TRANSPLANTES. Aprova a realização
258 de transplante de córnea no Hospital São Francisco de Concórdia; 13/2010 – PACTO PELA SAÚDE
259 do Município de Maravilha; 14/2010 – PACTO PELA SAÚDE do compromisso do Município de Sta
260 Terezinha do Progresso; 15/2010 – PACTO PELA SAÚDE do Município de Paineal; 16/2010 –
261 PACTO PELA SAÚDE do Município de Capão Alto; 17/2010 – PACTO PELA SAÚDE do
262 Município de São José do Cerrito; 18/2010 – PACTO PELA SAÚDE do Município de Ponte Alta;
263 19/2010 – PACTO PELA SAÚDE do Município de Tangará; 20/2010 – PACTO PELA SAÚDE do
264 Município de Bom Retiro; 21/2010 – PACTO PELA SAÚDE do Município de Bocaina do Sul;
265 22/2010 – PACTO PELA SAÚDE do Município de Cunha porá; 23/2010 – PACTO PELA SAÚDE
266 do Município de Içara; PACTO PELA SAUDE do Município de Lages 25/2010 – PACTO PELA
267 SAÚDE do Município de Mafra; 26/2010 – PACTO PELA SAÚDE do Município de Paial; 27/2010 –
268 PACTO PELA SAÚDE do Município de Palmeira; 28/2010 – PACTO PELA SAÚDE do Município
269 de Piratuba; 29/2010 – PACTO PELA SAÚDE do Município de São Carlos; 30/2010 – PACTO
270 PELA SAÚDE do Município de Garopaba; 31/2010 – RESSARCIMENTOS A HOSPITAIS. Aprova
271 o ressarcimento de produção hospitalar referente a 2009; 32/2010 – RESSARCIMENTOS A
272 HOSPITAIS. Aprova o ressarcimento de produção hospitalar referente a 2008; 33/2010 – PACTO
273 PELA SAÚDE do Município de Herval do Oeste; 34/2010 – PACTO PELA SAÚDE do Município de
274 São João do Itaperiú; 35/2010 – PACTO PELA SAÚDE do Município de Peritiba; 36/2010 – PACTO
275 PELA SAÚDE do Município de Ipumirim; 37/2010 – PACTO PELA SAÚDE do Município de Anita
276 Garibaldi; 38/2010 – PACTO PELA SAÚDE do Município de Apiúna; 39/2010 – PACTO PELA
277 SAÚDE do Município de Rio Rufino; 40/2010 – PROGESUS DE IÇARA; 41/2010 – Proposta da
278 política de saúde do homem; 42/2010 – 43/2010 – PACTO PELA SAÚDE do Município de Campo
279 Belo do Sul; 44/2010 – PACTO PELA SAÚDE de Massaranduba; 45/2020 – PACTO PELA SAÚDE
280 do Município de Ponte Alta do Norte; 46/2010 – PACTO PELA SAÚDE do Município de Urubici;
281 47/2010 – PACTO PELA SAÚDE do Município de Urupema; 48/2010 – Pt 2198 – aquisição de
282 equipamentos; 49/2010 – PACTO PELA SAÚDE de Rancho Queimado; 50/2010 – PACTO PELA
283 SAÚDE de Modelo.

284

285 **INFORMES**

286

287 **AUDITORIA**

288 A Gerência de Auditoria enviou o relatório de auditoria referente ao mês de dezembro de
289 2009 e janeiro de 2010, relatórios disponíveis à mesa.

290

291 **PRORROGAÇÃO DA COTA EXTRA TETO DA DELIBERAÇÃO 73/2009**

292 Referente à Proposta sobre a Prorrogação do Prazo para a Cota Extra Teto das Ressonâncias
293 magnéticas, Tomografias e a média complexidade da Deliberação 73/2009. Andréa Borb
294 informa que o prazo ficou prorrogado enquanto os municípios dispuserem de teto.

295

296 **CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA INFLUENZA A**

297 Luis Antônio Silva, Diretor da Vigilância Epidemiológica da SES informa que as regionais e
298 municípios começarão a receber nas próximas semanas, parte das seringas e agulhas para
299 iniciar a vacinação da 1ª etapa, para que em maio já estejam concluídas aqui em SC toda a
300 vacinação.

301



302 **PROJETO ESTADUAL DOS COMPLEXOS REGULADORES**

303 O Projeto Estadual dos Complexos Reguladores já foi aprovado pela Port. nº 3.188 de 18 de
304 dezembro de 2009, no MS. Que SC foi o 4º Estado a receber mais recursos. Que os
305 municípios já estão recebendo orientações para estruturar as suas regulações. (Port. nº 2.907
306 de 23.11.2009)

307

308 **ADESÃO AO PACTO DE GESTÃO**

309 O Núcleo do Pacto da SES informa que, em janeiro de 2010, 71 municípios ainda não haviam
310 aderido ao pacto de gestão. Esses 71 foram contatados através de envios de ofícios aos
311 Prefeitos e Secretários Municipais de Saúde. Desses, 41 municípios não se manifestaram
312 quanto a intenção de assinar o termo de compromisso de gestão. A situação atual dos 293
313 municípios é de: 157 municípios aprovados com portaria; 49 municípios aguardam portaria.
314 Demais em processo como citado ou não se manifestaram.

315

316 **CONFERÊNCIA DE SAÚDE MENTAL**

317 O coordenador da CIB/SES Roberto Hess apresenta o informe sobre a realização da
318 Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial, com a participação das áreas:
319 educação, social, cultura, esporte e lazer, secretaria especial de direitos humanos, dentre
320 outros. A etapa nacional está prevista para junho 2010, a etapa estadual prevista para maio de
321 2010; etapas municipais e/ou regionais, até abril. Informações adicionais: Coordenação
322 Estadual de Saúde Mental pelo telefone 48 3212 1689 ou pelo e-mail:
323 saudemental@saude.sc.gov.br

324

325 **TELESSAÚDE**

326 O Coordenador da CIB/COSEMS Celso Dellagiustina menciona que o tema telessaúde foi
327 solicitado pelo Secretário Municipal de Saúde de Itapema Roberto Ruiz para inclusão nos
328 informes. A apresentação foi feita pelo médico de família, que assumiu a coordenação do
329 projeto telessaúde há um ano. Que o telessaúde é um projeto nacional e que a partir do ano
330 passado, procurou-se dar outra cara ao projeto. Adriana, médica, técnica do MS faz uma fala
331 sobre o telessaúde. O Coordenador da CIB/SES Roberto Hess fala que o projeto telessaúde
332 não tem volta, porque as tecnologias vão ser mais rápidas e mais facilitadas. Que há uma
333 universidade por trás desse processo e que os municípios conseguem terem mais segurança,
334 do ponto de vista do acesso à informação. E solicita que os municípios se esforçassem em
335 participar desse projeto através da educação permanente. O Coordenador da CIB/COSEMS
336 Celso Dellagiustina lembra que os projetos telessaúde serão acompanhados pelas CIB's nos
337 estados. Outra questão é a incorporação da telemedicina na portaria. E questiona, de que
338 forma esses municípios que entraram na telemedicina, como serão contatados? Ou visitados?

339

340 Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes de Costa Remor, lavrei a presente Ata, assinada por
341 mim e pelos Coordenadores.

342

343

Joinville, 19 de fevereiro de 2010.